

Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ

Mito Moderno da Natureza Intocada – Antonio Carlos Diegues

Grupo A5: André Ribeiro, Bruna Lopes, João Victor, Leonardo F. Braga e Pâmela Gomes.

Piracicaba, 18 de maio de 2016.

No livro *O mito moderno da natureza intocada*, Diegues questiona as concepções sobre a proteção do meio natural, principalmente considerando o papel dos habitantes de áreas preservadas (índios, população ribeirinha, camponeses). Estes últimos possuem um modo de vida oposto àquele da sociedade industrial, cujo impacto destruidor sobre o meio natural é notável.

A concepção de unidades de conservação (UCs) no Brasil seguiu o modelo dos Estados Unidos, interditando a presença humana nas áreas protegidas. O autor defende no entanto a ideia que a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas.

Desta ótica, o autor analisa a história de criação das unidades de conservação nos EUA, citando o primeiro parque nacional de Yellowstone, o qual se caracteriza pela separação da vida puramente selvagem “wilderness” dos homens que lá habitavam. O autor defende que existe a possibilidade do homem ou grupos tradicionais conviver com a natureza preservada, em contraste com o modelo “wilderness” americano. A ideia de paraíso perdido pode ajudar a caracterizar este mito segundo o qual a preservação da natureza apenas pode ocorrer caso os seres humanos não a toquem.

Segundo o autor, as comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, são uma expressão local da sociedade em sentido amplo. A propósito, os povos nativos são definidos, pelo Banco Mundial, através de critérios como: ligação intensa com os territórios ancestrais; auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes não a nacional; presença de instituições sociais, políticas próprias e tradicionais e; sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

Nesta definição, a ideia de relação econômica de acumulação de capital está ausente. Essas comunidades teriam relações econômicas baseadas na autossubsistência como característica principal. Evidentemente, esses grupos humanos se desenvolvem e tem suas culturas alteradas no decorrer do tempo, o que também representa modificação na forma de se relacionar com o meio. Nesta ótica, esses grupos podem prejudicar a natureza caso adotem meios urbano-industriais de exploração, cultivo e forma de vida.

De igual modo como nos EUA, no Brasil, os parques nacionais e as outras unidades de proteção integral da natureza são destinadas em grande medida à recreação e educação de populações externas da área ambiental e nunca de seus habitantes originais.

A grande proposta de alteração em termos de unidades de conservação se funda em três pontos: reconhecer a necessidade de não reassentar as populações tradicionais que moravam em áreas transformadas em unidades de conservação, mantendo-as no próprio local; implantar medidas que melhorem as condições de vida dessas populações dentro dessas unidades investindo em sistemas de manejo e produção que, de um lado, observem as necessidades de preservação de áreas consideradas essenciais e, de outro lado, promovam o bem-estar das populações que vivem dentro e nas imediações das unidades de conservação e; introduzir novas categorias de conservação que levem em conta de forma integral à necessidade de se harmonizar a presença dos moradores tradicionais e da preservação.

Deste ponto de vista, as populações tradicionais desempenham papel maior na conservação da biodiversidade. Os mitos e simbologias sobre a natureza destas populações merecem ser respeitadas. Os povos tradicionais possuem um vasto conhecimento sobre a natureza e uma rica cultura que foram adquiridos ao longo de várias gerações. A dependência da natureza para a sua subsistência leva a uma íntima relação com o meio natural e um grande conhecimento de usá-la e manejá-la, de forma sustentável. Portanto, é de suma importância a contribuição que as populações tradicionais têm a oferecer à sociedade e às ciências. Porém, para que esta cultura e conhecimento sejam preservados, é necessário que estas populações sejam protegidas, com o direito de permanecer em seu local de origem.

Enfim, é evidente a importância de se conhecer melhor as relações entre biodiversidade e culturas tradicionais, o que leva à reestruturação do paradigma conservacionista, especificamente aquele sobre as áreas naturais protegidas. Trata-se sobretudo de envolver ativamente as populações tradicionais na concepção das estratégias de criação, implantação e gestão destas áreas protegidas, o que tende a contribuir para a manutenção e aprimoramento da diversidade humana e natural.